



## **ATA CSDP Nº 10 DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2013.**

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e treze, às 10:30 horas, na sala de reuniões, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Defensora Pública Geral, Dra. Andréa Abritta Garzon, Subdefensor Público Geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, Sérgio Augusto Riani do Carmo, Rodrigo Murad do Prado, Galeno Gomes Siqueira, Gilmara Andrade dos Santos, Vinícius Lopes Martins e Wener Trindade Mendonça. Ausente justificadamente o Corregedor Geral, Dr. Eduardo Vieira Carneiro e presente o presidente da Adep, Eduardo Cavalieri Pinheiro.-----

Conferido o *quorum* e havendo número regimental, a Dra. Andréa declarou abertos os trabalhos.-----

A Dra. Andrea falou da conversa que teve com o Dr. Eduardo Vieira, Corregedor, sobre o procedimento que trata da comissão de defesa das prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, tendo este discorrido sobre as dificuldades enfrentadas neste campo e sobre a necessidade de aprovação da referida comissão, a fim de que esta possa prestar toda a assistência devida aos colegas que se encontram em dificuldades. A matéria ficou para ser debatida na próxima sessão do Conselho Superior.-----

A Dra. Andréa discorreu sobre o andamento do anteprojeto de reforma da lei complementar nº 65/03, da lei da área meio, do projeto *Libertas*, do edital de remoção, superficialmente, já que os Defensores Coordenadores falarão a respeito de cada tema separadamente. A Dra. Andréa disse que não admite que nada saia do gabinete sem que ela participe da discussão, que gosta de estar ciente de tudo, de conhecer de tudo, que fica feliz que a Instituição possa cobrar, que tenha a quem cobrar, o que sequer ocorria em ocasiões anteriores.-----

A Dra. Andréa falou sobre o projeto *Libertas* e suas implicações com o edital de remoção; disse que remoção é ato de gestão; que em nenhum momento cogitou a possibilidade de não abrir o edital; que se o Defensor Geral decidir não abrir, não há nada que o obrigue; que todos os editais são pautadas pela transparência, seriedade, legalidade; que não pode abrir edital levemente; que este é um movimento muito sério; que houve o retardamento quando se deparou com a questão do *Libertas*, porque a apreciação deste vincula o edital de remoção.-----



Em seguida foi dada a palavra ao Defensor Coordenador Nikolas para que discorresse sobre o projeto *Libertas*, tendo ele assim se manifestado: "esclareceu qual a sua real participação no projeto *Libertas*; disse que assumiu a coordenação do projeto *Libertas*; que participa do Conselho Consultivo da PPP do sistema prisional; que também assessora o Corregedor Geral em alguns assuntos. Que em relação ao projeto *Libertas*, o gabinete foi surpreendido com um ofício do Ministério da Justiça fazendo questionamentos sobre o projeto *Libertas*, até mesmo sobre questões técnicas; que num primeiro momento fizeram um levantamento histórico, ante a ausência de dados administrativos, pois não estavam compilados; que o Ministério da Justiça exige para todo ato eletrônico respaldo em documento e papel; que havia uma discrepância entre o que estava previsto e o que estava sendo executado; que o projeto *Libertas* se encerraria em 31 de maio de 2013 e sem cumprimento; que foram grandes os esforços para regularizar o projeto *Libertas*.-----

A Dra. Andréa pediu licença para fazer colocação sobre o projeto *Libertas*: "a questão do projeto *Libertas* começa antes; que o Coordenador anterior, em quem depositava toda a confiança, abandonou o projeto faltando menos de 30 dias para decidir se o projeto continuava ou se encerrava e negou-se a dar qualquer informação sobre o projeto; que o Nikolas entrou no projeto, juntamente com a Maria Valéria, aceitando o desafio de fazer o levantamento em 10 dias de um projeto que estava sendo executado há um ano; que não havia prestação de contas; que o Coordenador anterior nunca respondeu os ofícios, o que era importante para tomar decisões, portanto, sendo todos os dados perdidos; falou da dificuldade para se conseguir um panorama sobre o que estava acontecendo com o projeto *Libertas*.-----

O Coordenador Nikolas prosseguiu dizendo que até hoje não consegue saber onde estão alguns materiais; que não consegue localizar objetos; que muitas coisas foram compradas; que não existia dados, dados administrativamente; que a Maria Valéria foi tirando xerox de uma coisa e outra; que não havia sequer pastas; que nesse contexto o *Libertas* se encerraria; que não havia forma e solução, naquele momento; que os colegas estão trabalhando herculeamente; que os formulários que existiam eram inúteis, do ponto de vista do projeto *Libertas*; que o *Libertas* nunca foi projeto de execução penal e sim de atendimento ao preso; falou da reunião no Ministério da Justiça com a Dra. Andréa e o Dr. Wagner; que o projeto *Libertas* é o único projeto da Secretaria de



Reforma do Judiciário exitoso; que voltaram com a idéia de encerrar o projeto; que não havia um retorno; que a execução do projeto não daria retorno; que o projeto *Libertas* presta assistência a 131 unidades prisionais concomitante; que voltou a Brasília em uma segunda reunião; que o Ministério da Justiça abriu uma possibilidade: autorizar um gasto de um dinheiro, R\$400.000,00; que autorizaram a fazer uma alteração de metodologia; que a execução penal não termina com o *Libertas*; que tem o compromisso de não criar irresponsabilidades; que pensaram em uma forma de alterar a metodologia do projeto *Libertas*, o que foi aprovado pela Dra. Andrea; que a proposta de prorrogação enviada ao Ministério da Justiça abre a possibilidade da compra de bens, como computadores, tablets e carros, com os tais R\$400.000,00, dinheiro que não tínhamos por causa das limitações orçamentárias; que a partir da aceitação do Ministério da Justiça, o projeto será feito em 19 regionais; que dentro de cada regional a Defensora Geral atribuiria as vagas; que se o Ministério da Justiça autorizar formalmente, pois já está autorizado verbalmente, automaticamente serão liberadas algumas cooperações; deu o exemplo da situação do presídio em Santa Maria do Suaçuí; disse que algumas cooperações serão extintas e as vagas serão liberadas; que remoção ainda não foi feita em razão do projeto *Libertas*, da reordenação proposta; que o Ministério da Justiça já assinou o termo aditivo; que após publicar no DOU, o Ministério da Justiça emite uma nota técnica; que o gabinete aguarda o resultado da prorrogação para publicar o edital; que tão logo haja autorização por escrito da alteração metodológica farão a publicação do edital; que ligou pessoalmente para os Defensores que não apresentavam dados; que a divergência de dados obriga uma prestação de contas especial; que em relação ao novo prazo será de um ano, no máximo; que a meta do projeto eram 110.000 prestações genéricas, mas em um ano e meio foram mais de 300.000; que foram constatados 1.863 benefícios vencidos; que foram constatadas 437 prisões indevidas. O Conselheiro Sérgio Riani indagou como se daria a prestação dos serviços regionalizada, se ocorreria sem exclusividade, como seria, então, tendo o Nikolas feito suas considerações. ----- Também sugeriu o Dr. Nikolas, a pedido de Defensores, que o Conselho regulamente a atuação como órgão de execução; disse que não há regulamentação institucional; falou da necessidade de normatização da questão; disse que a posição da Corregedoria



Geral de Justiça é no sentido de que se o Defensor pedir é para entregar os processos.-----

O Conselheiro Galeno pediu ao Nikolas que encaminhe ao Conselho um estudo sobre o tema “Defensor Público como órgão de execução penal”, para apresentação imediata.-----

Nikolas disse que já há uma nota técnica da Corregedoria.-----

O Conselheiro Vinícius disse que tem uma proposta de deliberação neste sentido e que irá apresentá-la.-----

A Dra. Andréa indagou se ficou claro que seria absolutamente leviano abrir qualquer edital sem que antes tivesse uma panorâmica do projeto *Libertas*, considerando as questões das cooperações; disse que são aproximadamente sete colegas *Libertas* que não precisam mais ser *Libertas*, significando sete novas vagas; que não tem como fazer as coisas da noite para o dia. -----

Também foi registrada a presença da Defensora Maria Valéria que fez suas considerações sobre o projeto *Libertas*.-----

O Conselheiro Vinicius indagou sobre a estimativa do prazo para as tratativas. -----

Nikolas disse que liga pelo menos três vezes por semana para o Ministério da Justiça pedindo celeridade; que o termo aditivo já foi assinado; que o estudo de liberação das vagas já está pronto; que tão logo a nota técnica chegue à Defensoria Pública, o edital é publicado logo em seguida; que a única forma de fazer a prorrogação do *Libertas* é fazendo desta forma, porque há normatização específica; que não é possível alteração em convênio sem a publicação do termo aditivo; que a meta é o menos relevante do projeto; que existe um saldo financeiro que não será gasto; que não há prazo definido, mas espera que seja o mais breve possível. -----

O Conselheiro Vinícius indagou se o edital de remoção será tema mais amplo que o *Libertas*, se as vagas ofertadas aos não estáveis e as não ofertadas aos estáveis seriam ofertadas. -----

A Dra. Andréa e o Nikolas disseram que a idéia é esta. -----

Ficou definido que o pedido de urgência contido no pedido da Defensora Maria Cecília será pautado na próxima sessão. -----

A Defensora Coordenadora Marina de Carvalho fez explanações sobre o anteprojeto de lei da área meio, cujo trabalho envolveu associação, gabinete, Defensores e Servidores; que os integrantes da comissão constam da resolução 126/2012; mencionou os nomes dos integrantes; disse que a Fundação João Pinheiro prestou consultoria; falou do trabalho sério realizado, da



entrevista com os servidores; que foi feito um diagnóstico; que usaram como parâmetro as carreiras que privilegiam o servidor, com foco na capacitação, na avaliação de desempenho, não apenas antiguidade; falou que a metodologia envolveu sugestões de todos, tendo como norte a minuta da fundação João Pinheiro; que será aberta consulta para a classe e servidores. -----

O Defensor Glauco David também se manifestou sobre o andamento dos projetos. -----

A Dra. Andréa disse que foram várias as reuniões no gabinete para sanar dúvidas; que a idéia é a abertura de uma semana ou dez dias de prazo para sugestões, tanto dos Servidores como dos Defensores e que publicará o formato final do anteprojeto de reforma da 65/03 para conhecimento da classe.-----

O presidente da Adep, Eduardo Cavaliere indagou se há previsão de assessoramento para o Defensor Público, com servidores em cargo de livre nomeação e exoneração.-----

A Coordenadora Marina disse que há previsão na lei de criação de cargo em comissão, mas também há previsão da criação de cargo efetivo de analista; que no âmbito da comissão há dois modelos em estudo; que cargo em comissão tem que ser cargo de direção, de assessoramento; falou da necessidade de fazer um reposicionamento dos servidores atuais. -----

Glauco discorreu sobre o andamento do anteprojeto de reforma da LC 65; que a discussão demorou um pouco, inclusive no âmbito do Conselho; que depois que o material chegou ao gabinete foi reformulado em razão das reflexões do Conselho; citou um exemplo: tema das Coordenadorias ou Núcleos; que o trabalho está sendo consumado, sistematizado; que em breve uma nota será dirigida ao Conselho e a classe informando; que algumas coisas foram preservadas como o Conselho encaminhou; outras mantidas; falou da estruturação da carreira em 4 classes; da elevação do número de cargos; que há matérias conexas com a lei da atividade meio, como na estruturação da carreira e que há necessidade de uma revisão para ver se é compatível com o anteprojeto de reforma da LC 65; que é esperado que o material esteja pronto até o dia 24.06, para divulgação juntamente com a nota; que espera que a nota seja bem esclarecedora, com a compreensão do que será encaminhado para o governo.-----

A Dra. Andréa disse que espera que no 24.06 possa lançar o anteprojeto de reforma da LC 65 no CASA, com a justificativa, para conhecimento, e o anteprojeto da área meio com o prazo de sete a dez dias para consulta de todos; que já conversou com o



governador que o objetivo é entregar os dois anteprojetos juntos; que o governador a autorizou a entregar os anteprojetos diretamente na Casa Civil, para ganhar tempo; que alguma troca de idéia em relação à LC 65 é possível, mas sem reabertura do prazo para discussões; que em relação a questão da CDI, voltou com a CDI, mas com o nome de Centro; que tirou a questão das entrâncias; que não descarta alguns pedidos de correções; que a uniformização do calendário eleitoral foi abandonada; que foi mantida a redução para quatro classes. -----

O Conselheiro Wener indagou sobre a vedação aos servidores da casa ao exercício da advocacia privada, se será levada a questão à apreciação do gabinete.-----

Nikolas mencionou projeto em trâmite que permite a servidores advogar.-----

Os Coordenadores William e Marina discorreram sobre o regulamento e o edital do concurso; falaram do último concurso; disseram que a idéia foi extirpar o que deu mais problemas no concurso anterior; que se basearam em concursos de outras carreiras e de outras Defensorias; falaram em linhas gerais dos requisitos, o que exigir ou não; que não se exigirá inscrição na OAB; mencionaram as ADIs, falaram da capacidade postulatória do Defensor Público ocorrer com a nomeação e posse; que não se exigirá tempo de advocacia para ingressar na carreira; falaram dos títulos, especialmente sobre a aprovação e exercício em outros concursos públicos; que não haverá teste psicotécnico; que não se exigirá tempo de advocacia; que apresentarão o regulamento e o edital para apreciação do Conselho, antecipando a este a prévia do regulamento, já que a matéria é competência do Conselho; que o concurso terá 5 fases: múltipla escolha, discursiva específica, inscrição definitiva, com a apresentação de documentações e títulos, prova oral e avaliação dos títulos; que a prova objetiva constará de 8 matérias; que a comissão do concurso será composta pelo Defensor Geral, 4 titulares e 3 suplentes, indicados pelo Conselho; que a comissão seria responsável por escolher a banca; que há previsão de participação da OAB; falaram dos critérios para aprovação, das médias; que 6 será a nota de corte; que aprovarão 3 vezes o número de vagas; que este é o número ideal, mas há decisão do Tribunal de Justiça dizendo que não pode; que a 2ª fase será preferencialmente nos finais de semana, em dois dias de dois turnos cada um; que será uma dissertação ou peça processual e três questões; que o critério de aprovação será 5 pontos e 60 por cento no total; que a





inscrição definitiva constará da apresentação de documentos; que haverá sorteio para a prova oral, determinando a ordem de arguição dos candidatos, que será individual; que não haverá acumulação de pontos.-----

Maria Valéria e William falaram das atividades desempenhadas, não apenas na comissão de concurso; que o prazo para conclusão é de 6 meses, sem contratempo; que o candidato poderá ter nota 4 em apenas uma disciplina; mais de um 4 ele é eliminado; que a média será 6. -----

A Dra. Andréa indagou dos Conselheiros se havia alguma questão a ser colocada em relação ao anteprojeto de reforma da LC 65/03; disse que há 140 carteiras funcionais prontas; mencionou detalhes na confecção delas. -----

Pausa: às 13:25 h.-----

Retorno: 15:00 h. -----

O procedimento nº 062/2010 foi retirado de pauta a pedido do Corregedor Eduardo Vieira.-----

Reabertura dos trabalhos às 15:00 h. sob a presidência do Dr. Wagner. Ausentes justificadamente a Dra. Andréa e o Dr. Eduardo. -----

Relativamente ao PGA – 2013, a solução foi a seguinte: a Dra. Helen Caires fez a apresentação, discorreu sobre o trabalho da comissão, da metodologia, o conteúdo foi passado; que não apresenta grandes novidades em relação ao PGA anterior; sobre o PGA em si, disse que há uma certa crise de identidade; que todas as Instituições possuem o seu planejamento estratégico; que é muito importante, é um planejamento de médio e longo prazo; que procurou despertar para a importância do planejamento; que há necessidade da contratação de uma empresa ou profissional para tratar do planejamento estratégico; que houve consulta à classe; que a discussão foi ampla; que o planejamento tem que ser feito de acordo com o orçamento aprovado; que buscou separar a área administrativa da área finalística. -----

O Dr. Wagner falou um pouco mais sobre planejamento estratégico; que a Dra. Helen foi a presidente da comissão. -----

O Dr. Wagner falou que a cultura do planejamento é recente na Instituição; falou dos critérios adotados: indicadores/metas; fez breve explanação sobre a metodologia e o caminho percorrido; das correções de erro material.-----

O Conselheiro Wener fez dois apontamentos: o quantitativo de estagiários, sobre o seu aumento e que a meta anterior não foi



atingida; que seria uma conquista grande; que sentiu falta da previsão de promoções. -----

O Conselheiro Vinícius fez comentários sobre a consulta; que foi uma evolução, mas fica o alerta pela pouca participação dos Coordenadores do Interior. -----

O Dr. Wagner, sobre as promoções, disse que, como estamos em um momento de busca da majoração do subsídio, acharam melhor deixar para uma outra oportunidade. -----

O presidente da Adep, Eduardo Cavalieri, achou interessante; compartilhou da mesma opinião do Vinícius sobre o alheamento dos colegas. -----

O Conselheiro Sérgio Riani parabenizou a todos os envolvidos; falou da necessidade de introjetar a cultura do planejamento na Instituição, para buscarmos atrair a maior participação dos colegas; falou também da necessidade de não só planejar, mas também monitorar.-----

O Conselheiro Rodrigo pediu que constasse em ata o desrespeito a um pedido seu de urgência, formulado em um pedido de Defensores e relacionado à remoção; disse que se sentiu desrespeitado como Conselheiro. -----

Ficou definido pela aglutinação dos pedidos relativos à remoção e apresentação na próxima sessão do Conselho.

Relativamente ao PAD 98/2010, tendo como envolvido R.L.J, efetuado o pregão, ausentes o interessado e a sua curadora, apesar de devidamente intimados.-----

Às 16:45 h., foi dada a palavra ao Conselheiro Rodrigo Murad para apresentação do seu voto, parte integrante do procedimento, tendo ele pedido a juntada do voto. O Dr. Rodrigo fez a apresentação do relatório, concluindo pelo não provimento do recurso.-----

Dada a palavra ao revisor, Conselheiro Galeno, colocou-se de acordo com o relator. -----

Os Conselheiros Sérgio Riani, Gilmara Andrade, Vinícius Martins e Wener Trindade, votaram de acordo com o relator, sendo que este último disse que adotava os fundamentos exatos da decisão recorrida.-----

Resultado do julgamento: à unanimidade negaram provimento ao recurso. -----

Às 17:20 h. a Dra. Andréa reassumiu os trabalhos.-----

Discorreu novamente sobre o procedimento que trata da comissão de defesa das prerrogativas, que vamos dar andamento nele, que seria ideal que o colocássemos na sessão de agosto.-----





Sobre a questão do subsídio, disse que recebeu mensagens e telefonemas com informações que se passaram dentro da sessão e algumas delas deturpadas; lamentou profundamente; disse que as informações oficiais sobre o que acontece no Conselho Superior são publicadas no boletim do emitido pelo próprio Conselho; que lamenta o desencontro de informações, que alguém se preste a dar informações que não são verdadeiras, que não sabe se por ingenuidade ou com algum objetivo; disse que na caminhada de fazer política, aprendeu que negociação não se noticia; que entrega a negociação, para avaliação, apreciação; que na verdade não tem nada para esconder; mas, para o governo toda negociação é sigilosa; que chegou aos seus ouvidos que alguém dentro da polícia queria agenda com o governador por causa do aumento da Defensoria; que acaba vazando e pode prejudicar o andamento do diálogo; que as informações prestadas pela equipe são informações sérias, não tem ninguém leviano; que nunca houve uma administração que realizasse tanto dentro da Defensoria Pública; que faz a defesa veemente da equipe; que hoje o Conselheiro pode cobrar e deve e a "gente" tem para mostrar, para entregar; que às vezes, infelizmente, nem sempre no prazo que gostaria; disse que passava às mãos do presidente da Adep, Eduardo Cavalieri, um ofício em resposta a ofício recebido da própria Adep e que relatava o resultado da AGE; fez a leitura do teor dos ofícios da Adep para o Gabinete e deste para a Adep; encaminhou cópia do ofício aos Conselheiros.-----

Sobre a questão do subsídio, a Dra. Andréa disse que não se sente à vontade para falar de valores; que a negociação caminha efetivamente para o final; que tem compromisso com a Adep no sentido de que nenhuma oferta ainda que satisfatória, será autorizada a ser remetida à ALMG sem discutir com a Adep; que a negociação é demorada, difícil, pesada; que o tempo do governo não é o nosso tempo; que está negociando diretamente com a secretária Renata Vilhena; que ela está autorizada pelo governador a negociar com a Defensoria; que não parou de negociar; que não parou de postular; que não é possível administrar pensando só em uma determinada classe; que a negociação tem que ser boa para todos; que o impacto seja distribuído com equidade; que nunca houve uma negociação desta forma; que a administração efetivamente senta à mesa para negociar; que talvez este seja um dos motivos para que a questão tenha se prolongado.-----



O presidente da Adep, Eduardo Cavalieri, disse que deixava claro que na primeira reunião da Adep com a Administração estabeleceu como premissa que tudo o que ele tivesse conhecimento através das reuniões com a administração colocaria para a classe; que não pode ter segredo entre o presidente da Adep e o associado; que não é leviano em falar algo que não possa ser dito; que a publicidade chama a atenção; que a demora foi potencializando a ansiedade da classe; que diante disso receberam vários pedidos de AGE; que naquela época, imaginava-se que até a AGE as negociações já estariam encerradas; que a Adep não constatou falta de interesse da administração na condução dos trabalhos; que sabe das dificuldades; até a AGE a administração teve 100% de respaldo da Adep; que o posicionamento da diretoria da Adep não pode divergir do que ficou estabelecido pela AGE, que é o órgão máximo, razão pela qual a diretoria apóia tudo quanto foi decidido pela AGE; que a diretoria da Adep não propôs a alteração do cenário de negociação; que não houve deslealdade por parte da diretoria da Adep; que faz um apelo e um questionamento: desde a primeira reunião até hoje não se falou em questão de valores; que o seu sentimento é que as negociações estão progredindo bem ou estão estagnadas?-----

A Dra. Andréa não se sente enrolada pelo governo; que a agenda é intensa de ambos os lados; que em nenhum momento houve uma quebra de continuidade na negociação; que números estão sendo tratados; que a redução do percentual para 5%, inicialmente está descartada; que se posicionou pelo teto; que está convicta de que nem uma associação nem uma administração vai ter a interlocução para deixar de negociar o teto; que o teto é a conquista; que o próprio governador lhe para deixar alguma coisa para o próximo DPG fazer; que infelizmente não tem o poder de mudar tudo; que é difícil conseguir o teto, não por razão política, conceitual, mas o governo relata a dificuldade orçamentária; o que assusta é que um gestor tente lutar pelo teto e seja retaliado por isto; que jamais falaria uma negociação para achincalhar quem viesse depois; que a questão das 4 classes está bem encaminhada; que a negociação envolve teto, 4 classes, 5% interclasses; que a negociação está sendo feita; que sabe que existe ansiedade, claro, mas o que a magoa é ser tratada como inimiga, quando participou do crescimento da Instituição por dentro. -----



O Conselheiro Rodrigo Murad indagou se também está sendo negociado quantitativo de vagas para o próximo concurso e área meio. -----

A Dra. Andréa disse que a lei da área meio será encaminhada, mas que o concurso provavelmente não será nesta gestão; que o VII concurso está autorizado; que são 60 vagas por sua própria sugestão; que em sua plataforma de campanha já mencionava a redução do número de aprovados, para que se tenha mais tranquilidade, para que se possa nomear todos de uma vez, todos entram juntos, facilitando o curso de formação.-----

O Conselheiro Wener indagou que, sendo a carreira composta por 70% de Defensores nas classes I, II, III, a maioria e sendo possível a redução do número de classes para 4, se haveria proposta de valores nominais para cada classe.-----

A Dra. Andréa disse que a proposta do governo contempla 4 classes.-----

A Dra. Andréa também afirmou que o Conselheiro Wener foi uma revelação fantástica. É um Defensor comprometido com a causa. Que ele não tem interesse individual, sempre colocando o coletivo à frente do individual. Disse que não pode abrir uma tabela que foi rejeitada anteriormente e que no dia que esgotar a negociação vai até a Adep e entrega os números.-----

O presidente da Adep, Eduardo Cavaliere fez um apelo para que a situação se resolva até a próxima AGE, marcada para daqui a dois meses.-----

O Conselheiro Vinicius falou da necessidade de valorização da base. -----

A próxima sessão do Conselho será no dia 05 de julho de 2013.---

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 19:15 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores Conselheiros. Belo Horizonte, 14 de junho de 2013.-----

*Andréa Abritta Garzon Tonet*

*Wagner Geraldo Ramalho Lima*

*Eduardo Vieira Carneiro*

*Sérgio Augusto Riani do Carmo*

*Rodrigo Murad do Prado*

*Galeno Gomes Siqueira*

*Gilmara Andrade dos Santos*

*Vinicius Lopes Martins*

*Wener Trindade Mendonça*

*Eduardo Cavaliere Pinheiro*